

caderno de
QUESTÕES 

650

QUESTÕES PARA
TJ-MG
OFICIAL JUDICIÁRIO

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	9
→ ORTOGRAFIA — CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	9
→ FATOS DA LÍNGUA PORTUGUESA (PORQUE, POR QUE, PORQUÊ E POR QUÊ; ONDE, AONDE E DONDE; HÁ E A ETC.).....	10
→ ACENTUAÇÃO.....	10
→ USO DO HÍFEN	14
→ CONVENÇÕES DE ESCRITA (ITÁLICO, SIGLAS ETC.)	15
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	15
→ ARTIGO	16
→ SUBSTANTIVO	17
→ ADJETIVO	20
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	21
→ PRONOMES PESSOAIS.....	25
→ PRONOMES INDEFINIDOS.....	26
→ PRONOMES DEMONSTRATIVOS.....	26
→ PRONOMES RELATIVOS.....	27
→ ADVÉRBIO	27
→ NUMERAL.....	28
→ PREPOSIÇÃO.....	29
→ CONJUNÇÃO.....	31
→ INTERJEIÇÃO	32
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	32
→ HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS	36
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES.....	37
→ ORAÇÕES COORDENADAS	38
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS	40
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS	42
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES ETC.)	42
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	46
→ CRASE.....	48
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL)	51
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC.)	53

→ FIGURAS DE LINGUAGEM	54
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	58
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL	74

NOÇÕES DE INFORMÁTICA..... 81

→ CONCEITOS GERAIS DE INFORMÁTICA E INTRODUÇÃO	81
→ MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.)	81
→ PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA)	82
→ CONCEITOS GERAIS DE SISTEMAS OPERACIONAIS E SISTEMAS DE ARQUIVOS	82
→ WINDOWS 7	83
→ WINDOWS 10	84
→ WORD 2016	86
→ WORD 2019	86
→ EXCEL 2016	87
→ EXCEL 2019	87
→ CALC	87
→ CONCEITOS, MODELOS, TIPOS E TOPOLOGIAS DE REDES	88
→ EQUIPAMENTOS, MEIOS DE TRANSMISSÃO E CONEXÃO	88
→ CONCEITOS DE INTERNET	88
→ COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING)	88
→ CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	89
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE ETC.)	90
→ PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (SENHAS, AUTENTICAÇÃO ETC.)	90
→ CRIPTOGRAFIA, ASSINATURA E CERTIFICADO DIGITAL	91
→ BACKUP	92

RACIOCÍNIO LÓGICO 95

→ MATEMÁTICA — PORCENTAGEM	95
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS	95
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES	95
→ RACIOCÍNIO LÓGICO — PROPOSIÇÕES: DEFINIÇÃO, RECONHECIMENTO, PRINCÍPIOS LÓGICOS	96
→ OPERADORES LÓGICOS (REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA; DIFERENÇA ENTRE PROPOSIÇÃO SIMPLES E COMPOSTA)	97
→ TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	97
→ TAUTOLOGIA, CONTRADIÇÃO E CONTINGÊNCIA	97
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS)	97
→ ARGUMENTOS — MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	97
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	98
→ ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES	99
→ EXERCÍCIOS DE “VERDADE/MENTIRA”	99

NOÇÕES DE DIREITO.....101

→ DIREITO ADMINISTRATIVO — ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO	101
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	101
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS.....	102
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	102
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	103
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	103
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	104
→ PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO.....	104
→ PODER DE POLÍCIA.....	104
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	104
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	104
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	105
→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES.....	105
→ CONTROLE ADMINISTRATIVO (DIREITO ADMINISTRATIVO).....	106
→ PARLAMENTAR INDIRETO (TRIBUNAIS DE CONTAS E CONTROLE TÉCNICO-FINANCEIRO).....	106
→ CONCEITO PARA AGENTES PÚBLICOS	106
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	106
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A, DA LEI Nº 8.429, DE 1992).....	106
→ LEI Nº 10.520, DE 2002 — MODALIDADE DE LICITAÇÃO PREGÃO	107
→ DIREITO CONSTITUCIONAL — DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º, DA CF, DE 1988).....	108
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º, DA CF, DE 1988)	108
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º, DA CF, DE 1988).....	111
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11, DA CF, DE 1988).....	111
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	111
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	111
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17, DA CF, DE 1988).....	112
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19, DA CF, DE 1988)	112
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24, DA CF, DE 1988)	112
→ ESTADOS FEDERADOS — ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28, DA CF, DE 1988).....	112
→ MUNICÍPIOS — ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31, DA CF, DE 1988).....	113
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA — ARTS. 37 E 38, DA CF, DE 1988).....	113
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41, DA CF, DE 1988).....	115
→ DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (ART. 51, DA CF, DE 1988)	116
→ DISPOSIÇÃO GERAL (PROCESSO LEGISLATIVO, ART. 59, DA CF, DE 1988).....	116
→ DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 76 A 83, DA CF, DE 1988).....	117
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84, DA CF, DE 1988)	117
→ DOS TRIBUNAIS E JUÍZES DOS ESTADOS (ARTS. 125 E 126, DA CF, DE 1988)	117

→ DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 131 E 132, DA CF, DE 1988).....	117
→ QUESTÕES MESCLADAS DE FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA (ARTS. 127 A 135, DA CF, DE 1988).....	117
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (SEGURIDADE SOCIAL, ARTS. 194 E 195, DA CF, DE 1988).....	117
→ DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO (ARTS. 226 A 230, DA CF, DE 1988)	118
→ DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE — DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ECA — ARTS. 1º AO 6º)	118
→ DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE (ECA — ARTS. 7 AO 14)	119
→ DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE (ECA — ARTS. 15 AO 18-B)	119
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR, ECA, ARTS. 19 AO 24).....	119
→ DA FAMÍLIA SUBSTITUTA: GUARDA, TUTELA E ADOÇÃO (ECA, ARTS. 28 AO 52-D)	119
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER (ECA — ARTS. 53 AO 59).....	120
→ DA PREVENÇÃO ESPECIAL (ECA — ARTS. 74 AO 85).....	120
→ DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO (ECA — ARTS. 98 AO 102)	120
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL, ECA, ARTS. 103 AO 105)	121
→ DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS (ECA, ARTS. 112 AO 125).....	121
→ DO ADVOGADO (ECA, ARTS. 206 E 207).....	121
→ DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (ECA — ARTS. 259 AO 267)	121
→ DIREITO DIGITAL — DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 7º AO 16, DA LGPD)	121
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL — LEI Nº 7.960, DE 1989 — PRISÃO TEMPORÁRIA	121
→ LEI Nº 9.296, DE 1996 — INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA.....	122

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS125

→ DIREITO PENAL — FACILITAÇÃO DE CONTRABANDO OU DESCAMINHO (ART. 318, DO CP).....	125
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL — INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23, DO CPP).....	125
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62, DO CPP)	125
→ PRORROGAÇÃO DE COMPETÊNCIA (CONEXÃO E CONTINÊNCIA)	125
→ DA INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO (ARTS. 149 A 154, DO CPP)	126
→ DO EXAME DE CORPO DE DELITO, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS PERÍCIAS EM GERAL (ARTS. 158 A 184, DO CPP)	126
→ DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 311 A 316, DO CPP)	126
→ FASE POSTULATÓRIA (ARTS. 395 A 397, DO CPP).....	126
→ PROCEDIMENTO DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (ARTS. 513 A 518, DO CPP)	126
→ PROCEDIMENTO DOS CRIMES DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI (ARTS. 406 A 497, DO CPP)	127

NOÇÕES DE DIREITO

→ DIREITO ADMINISTRATIVO — ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (MS CONCURSOS – 2014) Qual a melhor definição de administração pública?

- É a administração da coisa pública.
- Administração pública é todo o aparelhamento do Estado.
- É o planejamento, organização, direção e controle dos serviços públicos, de acordo com as normas do direito e da moral, visando ao bem comum.
- É a gestão dos problemas do povo, limitado ao interesse comum.
- Visa à direção dos negócios que interessam o povo.

→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS

2. (MS CONCURSOS – 2018) Arelado à validade dos atos administrativos, está também o princípio constitucional da moralidade. Segundo o sistematizador do conceito, Hauriou, citado por Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro - Editora RT. 23.^a ed. São Paulo: 1998, p. 88), não se diz respeito à moral comum, mas sim à moral jurídica que pode ser entendida como “o conjunto de regras de conduta tiradas da disciplina interior da Administração”.

Sendo assim, assinale a alternativa que contém a explanação **correta** sobre o princípio da moralidade:

- O princípio que impõe ao agente ser guiado pelo conceito moral de certo ou errado. Os atos administrativos devem estar de acordo com o que é bom ou ruim. Nesse princípio, os bons costumes estão acima da legalidade, e, se o cumprimento do ato garantiu que, no mínimo, o princípio da moralidade foi resguardado, tal ato já está validado, mesmo que não praticado dentro da legalidade.
- O senso empírico que rege a Administração Pública. O agente deve ser capaz de julgar o que é oportuno e inoportuno, de acordo com sua capacidade natural. Desta forma, o agente é livre para considerar que determinada norma está ou não de acordo com o que é conveniente, e através da moralidade, pode-se deixar de observar o que lhe é imposto por lei para praticar o que lhe é considerado bom.
- A imposição que recai ao agente, que não apenas deve seguir o senso de bem ou mal, mas garantir que a validade do ato esteja em acordo com a lei jurídica e também de acordo com a lei ética. Com o objetivo de se alcançar o bem comum, deve-se cumprir com a estrita legalidade, respeitando a justiça e razoabilidade.
- Liberdade de se expressar de acordo com a visão pessoal de honesto e desonesto. O agente público é dotado da capacidade humana de discernimento, e ao representar a Administração Pública em seus atos, se torna a autoridade em

julgar o que é compatível com os interesses comuns, mesmo que a lei em papel lhe imponha o contrário.

- Brecha administrativa que regulamenta os atos não regulados por leis específicas. Mesmo que o leque de legislação no Brasil seja capaz de abranger todas as esferas administrativas, o agente pode se deparar com algo novo. Ao se fazer uso da moralidade, ele estudará o caso real de acordo com os olhos do que é socialmente viável ou não. Resguardado por essa brecha, o ato administrativo se torna válido.

3. (MS CONCURSOS – 2018) Leciona Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro - Editora RT. 23.^a ed. São Paulo: 1998, p. 89) sobre o princípio da publicidade: “Publicidade é a divulgação oficial do ato para conhecimento público. [...] O princípio da publicidade dos atos e contratos administrativos, além de assegurar seus efeitos externos, visa a propiciar seu conhecimento e controle pelos interessados diretos e pelo povo em geral.”

Acerca desse princípio, assinale a alternativa **correta**:

- O sigilo somente é admitido nos casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior da Administração, de acordo com a legislação vigente.
- O sigilo é admitido se o ato não for de grande repercussão nacional. A Administração Pública deve se empenhar em tornar a público apenas o que for extremamente relevante.
- O sigilo nunca será admitido, mesmo em casos de segurança pública. Há de se considerar que a transparência está acima de todo interesse e objetivo secundários.
- O sigilo pode ser admitido em todos os casos, desde que solicitado em requerimento próprio e com antecedência prevista em legislação referente.
- O sigilo é considerado apenas se não estiver atrelado a algum assunto político.

4. (MS CONCURSOS – 2014) Julgue os itens que seguem com base nos conhecimentos acerca dos Princípios Basilares do Direito Administrativo:

I. Pode-se entender que Medidas Provisórias, Estado de Defesa e Estado de Sítio são restrições excepcionais ao princípio da responsabilidade.

II. A responsabilização do Estado, independentemente de culpa ou dolo, fundamenta o que conhecemos como responsabilização objetiva, mas mesmo nas situações de responsabilidade objetiva é possível responsabilizar o agente incumbido da prática de ato que tenha dado causa ao dano de forma intencional ou culposa, o que se dá por meio de ação regressiva.

III. O princípio da finalidade apregoa que “as competências administrativas só podem ser validamente exercidas na extensão e intensidade correspondentes ao que seja realmente demandado para cumprimento da finalidade de interesse público a que estão atreladas” (Celso Antônio Bandeira de Mello).

IV. O princípio da eficiência pode ser identificado como similar ou um aspecto de um princípio mais amplo do direito italiano denominado de princípio da boa administração.

Está(ão) incorreto(s):

- a) Apenas o item I.
- b) Apenas os itens I e III.
- c) Apenas o item II.
- d) Apenas os itens II e IV.

5. (MS CONCURSOS – 2014) Qual princípio da Administração Pública sustenta que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal?

- a) Princípio da publicidade
- b) Princípio da vida
- c) Princípio da ampla defesa
- d) Princípio da legalidade
- e) Princípio jurisprudencial

6. (MS CONCURSOS – 2014) Qual dos princípios da Administração Pública constitui hoje pressuposto da validade de todo ato da mesma administração? (Conforme assentado na doutrina, não se trata da moral comum, mas sim de uma moral jurídica, entendida como “o conjunto de regras de conduta tiradas da disciplina interior da Administração”. Assim, o administrador, ao agir, deverá decidir não só entre o legal e o ilegal, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas também entre o honesto e o desonesto. A doutrina enfatiza que a noção de moral administrativa não está vinculada às convicções íntimas do agente público, mas sim à noção de atuação adequada e ética existente no grupo social.)

- a) Princípio da publicidade
- b) Princípio da vida
- c) Princípio da ampla defesa
- d) Princípio da legalidade
- e) Princípio moralidade

7. (MS CONCURSOS – 2014) Podemos analisar o princípio da _____ como um desdobramento do princípio da igualdade (CF, art. 5º, I), no qual se estabelece que o administrador público deve objetivar o interesse público, sendo, em consequência, inadmitido o tratamento privilegiado aos amigos e o tratamento recrudescido aos inimigos, não devendo imperar na Administração Pública a vigência do dito popular de que aos amigos a Lei, e aos inimigos o rigor da Lei.

Assinale a alternativa que preenche **corretamente** a lacuna acima.

- a) legalidade
- b) publicidade
- c) moralidade
- d) impessoalidade
- e) ampla defesa

8. (MS CONCURSOS – 2014) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não obedecerá ao seguinte princípio:

- a) Legalidade.
- b) Eficiência.
- c) Pessoaalidade.
- d) Publicidade.

9. (MS CONCURSOS – 2014) Dentre os princípios que pautam a Administração Pública, existe um que tem como finalidade dar visibilidade e transparência nas ações dos agentes públicos.

- a) Imoralidade.
- b) Publicidade.
- c) Impessoalidade.
- d) Legalidade.
- e) Marketing.

10. (MS CONCURSOS – 2012) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Assim, analise os itens abaixo e, após, assinale a alternativa **CORRETA**:

I. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas no caso de dolo e má-fé.

II. Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

III. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

IV. Os atos de improbidade administrativa importarão a perda dos direitos políticos e da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

- a) Somente os itens I, II e III estão corretos.
- b) Somente os itens I, II e IV estão corretos.
- c) Somente os itens II e III estão corretos.
- d) Somente os itens III e IV estão corretos.

→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS

11. (MS CONCURSOS – 2018) Segundo o livro Direito Administrativo Esquematizado (Sptizcovsky:2018), para a viabilização de contratações, o Texto Constitucional exige, como regra, a abertura de concurso público em que devem incidir regras idênticas sobre todos os eventuais interessados, resultando na possibilidade de contratação somente daqueles que tenham obtido os melhores resultados. Nesse sentido, qualquer atitude tomada pelo administrador, durante o desenvolvimento do concurso, que vise o favorecimento gratuito de pessoas determinadas deve ser imediatamente fulminada por agressão ao princípio da:

- a) Impessoalidade.
- b) Razoabilidade.
- c) Motivação.
- d) Publicidade.